Reforçar a inspecção sobre as tabuletas de rua para salvaguardar a segurança dos transeuntes

Chan Ngoi Chon

06/09/2023

Em Macau, esta altura do ano é sinónimo da época dos tufões. Recentemente, devido à passagem do tufão "Saola" pelo território, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos emitiu o sinal 10 de tempestade tropical. Neste momento, com a acção do ciclone tropical severo "Haikui", o sinal 1 de tempestade tropical foi içado. De acordo com as imagens de vídeos amadores e os relatos de residentes, o vento violento do tufão "Saola" deixou as tabuletas de muitos estabelecimentos comerciais e edifícios na iminência de queda, criando riscos de segurança para a comunidade. Com o objectivo de prevenir este tipo de riscos de segurança gerados pela falta de manutenção regular e pela instalação ilegal de tabuletas, apresento as seguintes sugestões:

1. As autoridades competentes devem reforçar as acções de inspecção sobre o estado de segurança das tabuletas de rua. Por um lado, devem exigir aos proprietários das tabuletas legalmente requeridas e registadas que procedam à sua devida manutenção e reparação e, por outro, remover, o mais rapidamente possível, qualquer tabuleta que tenha sido instalada fora dos termos dos regulamentos ou da lei.

2. É necessário intensificar os trabalhos de promoção. Para isso, as autoridades devem reforçar as acções de sensibilização destinadas aos comerciantes, para que estes atribuam uma maior importância à segurança das suas tabuletas e para desenvolver, nos proprietários, a noção de realizar voluntariamente inspecções sobre o estado das tabuletas e proceder regularmente à sua reparação.

3. As autoridades devem realizar oportunamente a revisão dos diplomas legais. Segundo as disposições legais actualmente em vigor, é exigido aos proprietários das tabuletas apenas o pagamento de uma caução de entre 500 a 5000 patacas, o que faz com que os proprietários percam o interesse em reparar ou remover as tabuletas, em caso da perda de validade ou da necessidade de reparação gerada por eventuais situações ilegítimas. Por isso, as autoridades competentes podem ponderar o ajustamento atempado dos valores da caução.